

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO PERÍODO DE 2018**

1 - Identificação da entidade

O Centro de Bem Estar Social de Seixas é uma instituição particular de solidariedade social, constituída 08/07/1951, com sede na Rua Alfredo Cruz, 80, 4910-344 Seixas, e tem como actividade principal a exploração sem fins lucrativos de um Lar de Idosos, a que corresponde o CAE 87301 - Actividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento.

2 - Referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Enquadramento

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Aviso nº 8259/2015, de 29 de Julho.

2.2 - Derrogações ao disposto na NCRF-ESNL

Não houve qualquer derrogação ao disposto na norma acima referida.

2.3 - Indicação e comentários das contas do balanço e demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas
Não se aplica.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

3.1.1 - Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1.1 - Activos fixos tangíveis

São mensurados pelo seu custo, que compreende o seu preço de compra, os gastos que haja com qualquer imposto de compra não reembolsável e ainda os custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

No caso de bens do activo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido, os mesmos são mensurados ao justo valor ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

3.1.1.2 - Activos intangíveis

São mensurados pelo seu custo, quer aquando do seu reconhecimento quer após reconhecimento, o qual é determinado da mesma forma que o custo dos activos fixos tangíveis.

3.1.1.3 - Custo dos empréstimos obtidos

O custo dos empréstimos obtidos compreende juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos, amortizações de custos acessórios incorridos em ligação com a obtenção de empréstimos, encargos financeiros com locações financeiras e diferenças de câmbio desfavoráveis provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

3.1.1.4 - Inventários

São mensurados ao custo histórico. Esse custo inclui os custos de compra e os custos incorridos para colocar os inventários no seu local.

Os custos de compra incluem o preço de compra, impostos não recuperáveis e custos de transporte, manuseamento e outros custos directamente atribuíveis à aquisição dos mesmos. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra.

3.1.1.5 - Rédito

O rédito é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

3.1.1.6 - Subsídios e outros apoios

Os subsídios monetários são mensurados pelo valor que se recebeu ou espera receber e os não monetários pelo seu justo valor.

3.1.1.7 - Imposto sobre o rendimento

Os passivos ou activos por impostos correntes são mensurados pela quantia que se espera pagar ou receber das autoridades fiscais usando as taxas e as leis fiscais à data de aprovação do balanço.

3.1.1.8 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários são mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

3.1.1.9 - Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

3.1.2 - Outras políticas contabilísticas

Não foram usadas políticas contabilísticas diferentes das definidas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

3.1.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à sua data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relacionados.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis, análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e de inventários e provisões.

Além dessas estimativas e para cumprimento do princípio contabilístico do acréscimo foram processadas no presente exercício as importâncias constantes no quadro abaixo, cujos valores ainda não foram recebidos e que se espera receber apenas em 2019:

Valores estimados	Reconhecimento nos resultados
Juros a receber	283,56

As estimativas foram feitas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificou qualquer alteração nas políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificou qualquer alteração nas estimativas efectuadas.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

Não se verificou a existência de qualquer erro que possa ser classificado de relevante.

4 - Activos fixos tangíveis

A mensuração dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo, conforme referido no ponto 3.1.1.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método da linha recta, utilizando-se para o efeito as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 01 de Janeiro de

2012, por se considerar que representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O cálculo das depreciações desde 2012 é feito por duodécimos.

O processo de depreciação inicia-se quando o activo esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condições necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

A informação exigida nas divulgações quanto à quantia escriturada bruta, depreciações, imparidades e a quaisquer outros movimentos ocorridos no período em activos fixos tangíveis constam do seguinte mapa:

Descrição dos Movimentos	Outros Activos Fixos Tangíveis								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Adiantamentos por conta de AFT	
Quantia bruta escriturada inicial	26.797,02	2.133.675,24	243.453,01	73.105,58	62.414,88	25.292,31			2.564.738,04
Depreciações acumuladas iniciais		1.056.935,91	196.466,59	73.105,58	59.139,17	23.496,64			1.409.143,89
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial	26.797,02	1.076.739,33	46.986,42		3.275,71	1.795,67			1.155.594,15
Movimentos do período:		- 66.538,51	- 1.860,22	19.686,33	- 856,97				- 49.569,37
Aquisições/aumentos		9.576,78	11.365,70	24.607,91	600,40		55.523,43		101.674,22
Acréscimo por revalorização									
Alienações		40.750,00		10.500,00					51.250,00
Abates									
Transf. dos activos fixos tangíveis em curso (+ ou -)									
Depreciações do período		38.625,29	13.225,92	4.921,58	1.457,37				58.230,16
Diminuição deprec. acum. por alienação ou abate		3.260,00		10.500,00					13.760,00
Perdas por imparidade do período									
Reversões e perdas por imparidade no período									
Quantia bruta escriturada final	26.797,02	2.102.502,02	254.818,71	87.213,49	63.015,28	25.292,31	55.523,43		2.615.162,26
Depreciações acumuladas finais		1.092.301,20	209.692,51	67.527,16	60.596,54	23.496,64			1.453.614,05
Perdas por imparidade acumuladas finais									
Quantia líquida escriturada final	26.797,02	1.010.200,82	45.126,20	19.686,33	2.418,74	1.795,67	55.523,43		1.161.548,21

5 - Activos intangíveis

Os activos intangíveis existentes foram todos adquiridos externamente e a vida útil dos mesmos é finita, estando a ser amortizados a uma taxa de 33,33%. O método de amortização usado é o método da linha recta, sendo que a partir deste exercício as amortizações são calculadas por duodécimos.

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas e as imparidades acumuladas no início e no fim do período, bem como a reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período encontra-se relevada no seguinte quadro:

Descrição dos Movimentos	Programas de computador	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos intangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	10.562,07				10.562,07
Depreciações acumuladas iniciais	10.438,25				10.438,25
Perdas por imparidade acumuladas iniciais					
Quantia líquida escriturada inicial	123,82				123,82
Movimentos do período:					
Aquisições/aumentos	1.182,28				1.182,28
Acréscimo por revalorização					
Alienações					
Abates					
Depreciações do período	517,91				517,91
Diminuição depreciações acumuladas por alienação ou abate					
Perdas por imparidade do período					
Reversões e perdas por imparidade no período					
Quantia bruta escriturada final	11.744,35				11.744,35
Depreciações acumuladas finais	10.956,16				10.956,16
Perdas por imparidade acumuladas finais					
Quantia líquida escriturada final	788,19				788,19

6 - Custo dos empréstimos obtidos

O custo dos empréstimos obtidos é reconhecido como um gasto no período em que incorre. Não foi capitalizado qualquer custo com empréstimos obtidos no período.

7 - Inventários

Os inventários existentes à data do balanço foram mensurados ao custo histórico, sendo o FIFO o método de custeio utilizado para as saídas.

As restantes divulgações relacionadas com inventários encontram-se patentes no seguinte quadro:

Descrição	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Activos biológicos	Total
Inventários iniciais		1.582,70		1.582,70
Compras		65.061,82		65.061,82
Reclassificação e regularização de inventários				
Inventários finais		1.420,00		1.420,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		65.224,52		65.224,52

8 - Rendimentos e gastos

O rédito que envolva a prestação de serviços só é reconhecido quando todas as seguintes condições estiverem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras com a transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso por outros de activos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido apenas quando satisfizer as seguintes condições:

- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras com a transacção fluam para a entidade; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Os juros são reconhecidos segundo o regime do acréscimo e os dividendos quando for estabelecido o direito do accionista receber o pagamento.

O rédito é composto pelas diversas categorias que a seguir se discriminam:

- Prestação de serviços: 473.905,14 €; e
- Juros: 861,72 €.

9 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não se aplica.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

As divulgações exigidas para este item encontram-se em mapa próprio de controlo de subsídios para investimentos.

Os subsídios relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais e imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações e amortizações efectuadas em cada período.

Os subsídios relacionados com rendimentos concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exercícios futuros.

A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se reflectidas no seguinte quadro:

Natureza	Balço		Demonstração de Resultados	
	Conta	Valor	Conta	Valor
Subsídios à Exploração:				
Instituto de Segurança Social, IP	-	-	7511	326.594,85
Sub-total dos subsídios à exploração				326.594,85
Subsídios ao Investimento:				
Instituto de Segurança Social, IP - PIDDAC	59311	64.843,72	7883	2.493,99
Instituto de Segurança Social, IP - Outros	59312	10.374,97	7883	399,04
Instituto de Segurança Social, IP - MASES	59312	54.814,16	7883	1.370,36
Câmara Municipal de Caminha	59312	80.698,99	7883	2.345,42
Junta de Freguesia de Seixas	59312	3.691,10	7883	99,76
DGOT	59312	44.357,78	7883	1.462,31
INDESP	59312	11.073,30	7883	299,28
Sub-total dos subsídios ao investimento		269.854,02		8.470,16
Total		269.854,02		335.065,01

11 - Instrumentos Financeiros

11.1 - Bases de mensuração e políticas contabilísticas

A sua mensuração é realizada conforme o ponto 3.1.1.8. Quanto às políticas contabilísticas, procedemos da seguinte forma: À data de cada relato financeiro avaliam-se todos os activos financeiros mensurados ao custo por forma a verificar se existem situações de imparidade, bem como os activos e passivos financeiros que possam estar em situação passível de desreconhecimento. Desreconhece-se um activo financeiro se ocorrerem as seguintes situações:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do activo financeiro expiram; ou
 - A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o activo financeiro.
- O desreconhecimento do passivo financeiro realiza-se quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Descrição	Quantidade	Valor nominal total	Valor de mercado	Cotação a 31/12/2018
Obrigações CONS 40 4%	99.760	997,60	1.002,59	0,010050
Fundo de Compensação do Trabalho	685,9517	767,88	731,95	1,067060

11.3 - Reconciliação dos Fundos Patrimoniais

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundos	535.838,90			535.838,90
Reservas	219.612,41			219.612,41
Resultados transitados	332.685,46		37.325,47	370.010,93
Ajustamentos				
Outras variações nos fundos patrimoniais	278.324,18	8.470,16		269.854,02
Subsídios	278.324,18	8.470,16		269.854,02
Doações				
Resultado líquido do período	37.325,47	37.325,47	34.909,39	34.909,39
Total	1.403.786,42	45.795,63	72.234,86	1.430.225,65

11.4 - Activos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor

Foram dados para garantia dos empréstimos bancários contraídos dois depósitos a prazo, um no Novo Banco e outro no Montepio, de montante igual aos empréstimos bancários contraídos.

11.5 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

11.5.1 - Quantia das dívidas com duração residual superior a 5 anos

Não existem dívidas com duração superior a 5 anos.

11.5.2 - Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade

Não existem garantias reais prestadas pela entidade para cobertura de dívidas.

11.6 - Ajustamentos reconhecidos no período de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

Não se reconheceram quaisquer ajustamentos de instrumentos financeiros no período.

11.7 - Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Além das dívidas à entidade superiores a um ano aproveitamos para desagregar também aquelas que são inferiores a um ano:

Descrição do tipo de créditos	Créditos iguais ou inferiores a 1 ano	Créditos superiores a 1 ano
Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços	18.008,78	3.135,00
Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas		
Outros créditos	4.833,43	
Estado e outros entes públicos (24)	2.098,87	
Fundadores/associados/membros (26)	951,00	
Devedores por acréscimo de rendimentos (2721)	283,56	
Cauções - BP Portugal (27811)	1.500,00	
Diferimentos	1.149,21	
Total:	23.991,42	3.135,00

11.8 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Além das dívidas da entidade superiores a um ano aproveitamos para desagregar também aquelas que são inferiores a um ano:

Descrição do tipo de créditos	Dívidas iguais ou inferiores a 1 ano	Dívidas superiores a 1 ano
Dívidas a instituições de crédito	18.900,17	55.451,81
Dívidas por compras e prestações de serviços	43.447,08	615,20
Outras dívidas	170.800,65	
Estado e outros entes públicos (24)	12.784,55	
Credores por acréscimo de gastos (2722)	58.614,23	
Sindicatos (2783)	104,32	
Entidades públicas (2785)	3,58	
Utentes com valores à guarda (2787)	99.279,97	
Outras contas a pagar (27)	14,00	
Total:	233.147,90	56.067,01

As dívidas a instituições de crédito são superiores a um ano, não porque estejam em mora, mas porque são empréstimos contraídos há mais de um ano.

No quadro abaixo discrimina-se a rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	3.264,88	4.216,32
Depósitos à ordem	202.991,70	258.443,18
Outros depósitos	320.000,00	197.000,00
Total	526.256,58	459.659,50

12 - Benefícios dos empregados

O número médio de empregados durante o período foi de 38.

A Direcção é composta por 5 elementos.

No dia 28 de Janeiro de 2017 realizaram-se eleições tendo a nova Direcção tomado posse no dia 19 de Fevereiro de 2017.

Durante o ano de 2018 a composição da Direcção não sofreu qualquer alteração. No quadro abaixo identificam-se os elementos que a compõem:

Cargo	Nome dos elementos
Presidente	Manuel Joaquim Soares Vilares
Vice-Presidente	João Henrique Coutinho Leão
Secretário	Paula Cristina Vieira Aldeia
Tesoureiro	Maria Goreti Martins Amorim Verde
Vogal	Ruben João Vivo Gomes Gonçalves

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer tipo de remuneração pelas funções que exercem, assim como não lhes foi concedido qualquer adiantamento ou crédito.

Não existem quaisquer compromissos assumidos em matéria de pensões.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

Não existem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam afectar a demonstração de resultados ou o balanço.

14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não se aplica.

15 - Outras informações

15.1 - N.º Médio de utentes das respostas sociais

O n.º médio de utentes do Lar de Idosos foi de 58, sendo que o n.º do acordo é de 58 utentes.

15.2 - Trabalho voluntário

No presente exercício não se registou qualquer trabalho voluntário digno de menção, para além do prestado normalmente pelos órgãos directivos da Instituição.